



Guia de Política Pública  
com Enfoque de Gênero para  
Concessões de Parques Urbanos

Formação de Lideranças Femininas em Finanças Públicas  
INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa  
Projeto Aplicado

**Guia de Política Pública com Enfoque de Gênero  
para Concessões de Parques Urbanos**

GRUPO DE TRABALHO

Aline Liège Souza da Silva  
Elaine Cristina Eder  
Elizandra Brito Batista dos Santos Silva  
Fernanda Fonseca Salerno  
Ionara Naiara Carvalho Santos  
Renata Kelly Cardoso de Rezende

Professora Orientadora: Marisa Villas Bôas Dias

1ª Edição

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guia de política pública com enfoque de gênero para concessões de parques urbanos [livro eletrônico]. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Ed. das Autoras, 2025.  
PDF

Várias autoras.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-70379-4

1. Administração pública - Brasil 2. Concessão de serviço público 3. Gestão pública 4. Mulheres - Aspectos sociais 5. Parques urbanos 6. Políticas públicas - Brasil.

25-303376.1

CDD-351.0981

***Índices para catálogo sistemático:***

1. Brasil : Políticas públicas : Concessão de serviço público : Parques urbanos : Administração pública 351.0981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**5** Apresentação

**6** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**6** O Círculo Dourado

**8** Os Pilares da Transformação

**14** Sugestões de Cláusulas Contratuais

**20** Um convite à ação: Transformando Parques,  
Gerando Valor

**21** Referências

## CONCESSÕES COM PROPÓSITO


### CRIANDO PARQUES DE INOVAÇÃO, SEGURANÇA E EQUIDADE

O Guia de Política Pública com Enfoque de Gênero para Concessões de Parques Urbanos é uma ferramenta estratégica do Projeto Elas Visíveis, criada para apoiar gestores públicos e concessionárias que desejam transformar os parques urbanos em espaços de inclusão, segurança e pertencimento.

Este Guia atua como um catalisador de mudança sistêmica e duradoura, tornando a equidade de gênero um eixo central e inegociável do sucesso das concessões.

#### **Este documento é o seu roteiro para a ação.**

Ele apresenta os pilares e os caminhos de ação, traduzindo-os em sugestão de cláusulas contratuais que tornam a transformação possível, estruturada e sustentável.

 **Porque parques só cumprem seu verdadeiro propósito quando todas as pessoas podem se sentir parte deles.**


## **Quando as Mulheres São Visíveis, os Parques se Transformam**

Um parque urbano é mais do que uma área verde: é o reflexo dos valores de uma cidade e um termômetro de sua vitalidade.

O Projeto Elas Visíveis parte de uma premissa fundamental: **um parque só cumpre sua plena vocação quando é um espaço de pertencimento para todas as pessoas.**

A invisibilidade de mulheres e meninas — causada pela insegurança, pela falta de infraestrutura adequada e por uma programação que não as contempla — não é apenas uma falha social. É um risco estratégico e uma imensa perda de potencial.

Este Guia surge justamente para transformar esse diagnóstico em ação. Ele não é um conjunto de recomendações genéricas, mas um framework operacional capaz de alinhar valor público e sucesso financeiro, fazendo da equidade de gênero um eixo central e obrigatório em qualquer futura parceria.

 **Porque quando as mulheres são visíveis, os parques deixam de ser apenas áreas verdes e se tornam territórios de confiança, inclusão e prosperidade.**

**Palavras-chave:** Equidade de gênero, parques urbanos, concessões, segurança.


## OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Alinhado aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** — especialmente o ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) — o Projeto **Elas Visíveis** vai além de compromissos formais. Ele busca induzir uma **transformação sistêmica e duradoura** na forma como os parques são concebidos, geridos e vivenciados.

O guia reúne diretrizes estratégicas, cláusulas contratuais modelo e indicadores de desempenho, oferecendo suporte a gestores(as) públicos(as), equipes técnicas, concessionárias, operadores do direito, lideranças comunitárias, pesquisadoras e ativistas.

Com base em dados, em experiências nacionais e internacionais e em práticas de gestão participativa, tem como objetivo institucionalizar a equidade de gênero em todas as fases da concessão — do planejamento à operação — e promover a justiça de gênero nos parques urbanos.

 **Inclusão não é custo. É investimento estratégico: reduz riscos, amplia demandas e gera valor social, econômico e cultural para toda a comunidade.**

## O CÍRCULO DOURADO: O POR QUÊ, O COMO E O QUÊ

### A inspiração: Círculo Dourado de Simon Sinek

#### O POR QUÊ? (O Propósito) Por que o Projeto Elas Visíveis existe?

O Projeto Elas Visíveis existe para **promover a equidade de gênero nos parques urbanos sob gestão concedida**. Toda mulher e menina tem o direito de desfrutar plenamente dos espaços públicos, sentindo-se segura, valorizada e visível.

O propósito é construir um legado em que a perspectiva de gênero esteja presente em todas as fases da gestão urbana — do planejamento ao monitoramento — fortalecendo o direito à cidade e incorporando critérios sociais aos contratos de concessão.

#### O COMO? (Os Princípios e Processos) Como o Projeto Elas Visíveis concretiza esse propósito?

Para concretizar esse propósito, o Guia de Política Pública com Enfoque de Gênero foi estruturado em seis pilares interligados, que traduzem os valores do projeto em ações concretas e graduais. Estes pilares funcionam como metodologia para induzir uma transformação nas concessões, garantindo que a mudança cultural não seja apenas de fachada, mas estrutural e duradoura.

## O QUÊ? (Os Resultados) O que o Guia entrega?

Este Guia não foi desenhado como um simples manual, mas como um catalisador de resultados. Os principais benefícios são:

**Para as Cidadãs:** Percepção de segurança, redução de incidentes de violência, aumento da presença de pessoas nos parques urbanos (segurança passiva), gestão participativa, modelo de política pública inovadora, legado de cidades mais justas, institucionalização em contratos e leis, melhoria da saúde física e mental, infraestrutura de cuidado qualificada, ampliação das opções de lazer e cultura, oportunidades para empreendedorismo feminino, fortalecimento do pertencimento e direito à cidade, geração de emprego e carreira.

**Para a Gestão Pública:** Alinhamento com os ODS, valorização da gestão pública, fortalecimento institucional, referência em inovação na gestão urbana e equidade de gênero, sistema de indicadores auditáveis para concessões de parques urbanos, redução de reclamações sobre infraestrutura, redução de demandas sobre inclusão, redução de custos com segurança, otimização de recursos, melhoria na qualidade dos contratos e políticas públicas, qualificação da fiscalização das concessões, mitigação de riscos e sustentabilidade política, redução de custos sociais e conflitos.

**Para as Concessionárias:** Ambientes mais seguros, aumento de fluxo e consumo, valorização da marca, redução de riscos reputacionais, redução de custos com vandalismo e passivos jurídicos, atração e retenção de talentos, alinhamento do impacto social ao valor estratégico e financeiro, contribui na captação de recursos, abordagem ESG transforma a gestão em modelo de excelência, fortalece a justificativa Value for Money (VfM), vantagem competitiva e liderança de mercado, acesso a incentivos contratuais, otimização de receitas com locação e eventos, mitigação de conflitos com a comunidade.

### Como Navegar Neste Guia

Para transformar o propósito em ação, este Guia segue um roteiro prático e estratégico. Ele oferece um caminho claro para gestores públicos e de concessionárias que desejam liderar a criação de parques mais seguros e inclusivos.

Sua jornada começa com Os Pilares da Transformação, que detalham as seis dimensões essenciais para a construção de um ambiente de equidade. Ao final, o Guia converge para sua ferramenta mais poderosa: as Sugestões de Cláusulas Contratuais.

## Os Pilares da Transformação

### Pilar I - Governança Inclusiva e Participação Efetiva

**Como garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e representadas?**

A resposta está em uma governança plural, legítima e inovadora, que valorize a diversidade e assegure espaço real para a participação feminina.

Este pilar enfrenta dois desafios centrais: a baixa representação das mulheres nos processos decisórios e a ausência de instâncias formais de participação social com recorte de gênero. Ao corrigi-los, promove-se uma gestão mais justa, transparente e conectada às necessidades reais das usuárias.



#### Diretrizes em Ação

#### **I. Cláusulas Contratuais de Representatividade**

A proposta é ampliar o conceito de governança nas concessões de parques urbanos, estabelecendo cláusulas que exijam participação mínima de mulheres em cargos de liderança e conselhos gestores. Essa medida, alinhada às melhores práticas e às diretrizes de fomento do BNDES, fortalece um ciclo virtuoso. A gestão plural tende a valorizar as recomendações dos Fóruns de Mulheres, que, por sua vez, conferem dados e legitimidade à gestão inclusiva.

#### **II. Institucionalização da Escuta Ativa**

A criação de Fóruns Permanentes de Mulheres Usuárias dos Parques, prevista em contrato de concessão, garante participação cidadã efetiva.

Diferentes dos conselhos tradicionais, esses fóruns devem ter desenho institucional consistente, com representação da concessionária e da comunidade, rotatividade e diversidade territorial.

O contrato deve prever mecanismos de accountability — como publicação de atas, calendário regular de reuniões e indicadores de efetividade — assegurando que as recomendações recebam resposta formal. Assim, a escuta das mulheres torna-se transparente, mensurável e reconhecida como evidência essencial para a gestão do parque.

#### **III. Capacitação e Cultura Organizacional**

O contrato de concessão deve fazer com que a concessionária implemente programas permanentes de formação sobre equidade de gênero, vieses inconscientes e protocolos de acolhimento a vítimas de assédio, abrangendo todos os níveis hierárquicos.

A efetividade será mensurada por indicadores como pesquisas de clima organizacional, redução de denúncias e satisfação das usuárias, de modo que a cultura de respeito e inclusão se torne parte contratual e verificável da gestão do parque.

## Os Pilares da Transformação

### **Pilar II- Infraestrutura e Atratividade para a Diversidade**

**Como o espaço físico do parque se torna um ambiente que acolhe e serve às necessidades diversas das mulheres?**

A resposta está em criar parques que falam a linguagem do cuidado, onde a infraestrutura e a programação se tornam verdadeiras ferramentas de inclusão.

Este pilar aborda desafios ainda comuns nos parques, como infraestrutura insuficiente, iluminação inadequada, ausência de espaços de cuidado e uma programação que pouco dialoga com a diversidade de mulheres. Ao transformar esses aspectos, o parque deixa de ser apenas um local de passagem ou lazer e se afirma como um território democrático, de permanência, segurança e pertencimento.



#### **Diretrizes em Ação**

### **I. Infraestrutura do Cuidado e Acessibilidade Universal**

Deverá ser assegurada a implantação e manutenção de banheiros familiares, fraldários e espaços de amamentação limpos, seguros, bem iluminados e em número suficiente, bem como mobiliário urbano adequado, acessível e acolhedor (como bancos com encosto e áreas sombreadas) estrategicamente colocados, especialmente, junto às áreas de lazer infantil.

A gestão preventiva da manutenção deve ser garantida, não seja entendida como custo, mas como investimento que amplia o tempo de permanência e impulsiona o consumo no parque.

### **II. Iluminação como Dispositivo de Segurança Urbana**

O contrato de concessão deve prever que os projetos luminotécnicos sigam os padrões técnicos da ABNT NBR 5101 (revisada em 2024), incluindo requisitos como temperatura de cor mais quente em áreas de relevância ambiental, iluminação vertical para reconhecimento facial e identificação de ameaças, e controle de ofuscamento.

Além disso, deve estabelecer a revisão periódica do projeto com base em pesquisas de percepção de segurança realizadas com usuárias, conectando a engenharia à experiência vivida.

### **III. Programação Cultural e Esportiva Inclusiva**

Deverá ser prevista a elaboração de um plano anual de atividades desenvolvido de forma participativa e que contemple a diversidade de perfis femininos. Esse plano deve incluir lazer intergeracional, fomento ao empreendedorismo feminino (como feiras e quiosques), valorização de saberes tradicionais e atividades voltadas à saúde física e mental (como yoga, grupos de caminhada e rodas de conversa) e mecanismos de avaliação de impacto social e territorial, com métricas claras.

## Os Pilares da Transformação

### Pilar III- Segurança Integrada: Design, Comunidade e Tecnologia

#### Diretrizes em Ação

#### Como garantir que a segurança seja uma pré-condição para o uso e a fruição dos parques?

A resposta está na integração estratégica entre design, comunidade e tecnologia. É essa combinação que constrói parques vivos, territórios de confiança e liberdade, onde a segurança passiva deixa de ser um complemento e passa a ser um elemento intrínseco ao ambiente.

Este pilar enfrenta um dos maiores desafios dos parques urbanos: a insegurança que limita a presença feminina. Assédio, violência e a ausência de medidas específicas nos contratos de concessão ainda tornam esses espaços hostis para muitas mulheres.

A proposta é transformar essa realidade, fazendo da segurança uma condição permanente. Juntas, essas três frentes formam um triângulo de segurança integrada: o diagnóstico das mulheres informa as necessidades, o monitoramento preventivo da tecnologia inibe riscos e a resposta ativa oferece um canal de ajuda em emergências.

Além da infraestrutura, é necessária a manutenção regular, equipe treinada e campanhas de conscientização para o uso adequado.

#### I. Auditoria de Segurança da Mulher

Apoiada na metodologia “*Women’s Safety Audits*” da ONU-Habitat, que diagnostica percepções de insegurança a partir da experiência das próprias mulheres.

As recomendações resultantes devem ser transformadas em obrigações contratuais claras, com prazos e penalidades, convertendo a percepção subjetiva do medo em ação objetiva de gestão.

#### II. Tecnologias para Parques Inteligentes

O contrato de concessão deve prever um pacote tecnológico mínimo voltado à segurança, inspirado no conceito de Smart Park. Entre as soluções estão: iluminação adaptativa com sensores de presença (segurança sob demanda, eficiência energética e redução da poluição luminosa); rede Wi-Fi gratuita (atração e ferramenta de comunicação em emergências); e sensores acústicos (detecção de sons anômalos e alertas rápidos à central de segurança).

#### III. Gender Tech em Ação

Com a instalação de totens de segurança, câmeras 360°, sistema antivandalismo, botão de emergência e comunicação direta com uma central monitorada.

## Os Pilares da Transformação

### Pilar IV - Interseccionalidade e Justiça Territorial

**Como garantir que o projeto atenda às necessidades de todas as mulheres, considerando suas múltiplas identidades e realidades?**

A resposta está em substituir suposições por dados concretos e transformar a interseccionalidade em ferramenta de gestão. Uma liderança de vanguarda enxerga as múltiplas realidades femininas e cria soluções que removem barreiras, constroem confiança e asseguram que todas as vozes tenham peso no redesenho do espaço público.

Nenhuma mulher vive a cidade da mesma forma. Raça, classe, deficiência, orientação sexual e território moldam experiências distintas. Este pilar orienta que cada parque seja pensado a partir dessas múltiplas realidades, garantindo soluções sob medida para comunidades diversas e promovendo justiça no acesso aos espaços públicos.



#### Diretrizes em Ação

#### I. Diagnóstico Interseccional Obrigatório

Os editais de concessão devem exigir diagnósticos territoriais que cruzem dados de gênero com variáveis como raça, renda, idade e deficiência, utilizando fontes como IBGE e Mapas da Desigualdade. O objetivo é identificar barreiras e necessidades específicas das mulheres no entorno do parque.

Recomenda-se o uso do framework Gender-Based Analysis Plus (GBA+) para orientar o planejamento e a avaliação, garantindo que experiências diversas — como a de mulheres pretas, que relatam maior percepção de segurança quando suas vozes são ouvidas — sejam incorporadas de forma efetiva.

#### II. Mapeamento de Vulnerabilidades Sociais

O diagnóstico interseccional deve orientar a distribuição de recursos e a formulação de políticas. As concessões de parques precisam adotar o princípio de justiça territorial, priorizando áreas historicamente desassistidas ou prevendo compensações de concessões mais lucrativas para financiar melhorias em regiões periféricas. O uso de dados objetivos garante decisões mais técnicas e protege o gestor público de pressões políticas.

#### III. Comitês Locais Interseccionais

Para evitar que a participação seja concentrada em grupos com maior capital social, recomenda-se a criação de comitês locais que assegurem a presença de mulheres negras, indígenas, com deficiência, LGBTQIA+ e migrantes.

Mecanismos como cotas de representação, parcerias com coletivos do território e apoio logístico (transporte, cuidado infantil) são essenciais para remover barreiras.

Ignorar a interseccionalidade compromete a eficácia das soluções e perpetua exclusões.

## Os Pilares da Transformação

### Pilar V - Instrumentos Jurídico-Institucionais para Sustentação

**Como garantir a perenidade e a legitimidade do projeto como política pública?**

A resposta está em construir um novo modelo de gestão, que prove que a inclusão é um investimento estratégico e de alto retorno social, e não apenas um custo. Esse modelo deve se apoiar em recursos estáveis, em marcos legais consistentes e em mecanismos financeiros inovadores, capazes de proteger as conquistas sociais contra retrocessos e de dar legitimidade a uma política pública duradoura.

Para que as ações deixem de ser iniciativas pontuais e se consolidem como política pública efetiva, é fundamental criar estruturas legais e financeiras que assegurem sua continuidade e viabilidade econômica. Este pilar busca oferecer bases normativas e institucionais para sustentar a equidade de gênero nas concessões de parques urbanos.

#### Diretrizes em Ação

### I.Marco Normativo e Integração com Políticas Urbanas

A política de gênero nos parques deve ser incorporada a legislações mais amplas, alinhando as concessões urbanas ao arcabouço legal vigente. Como eixo transversal, precisa constar em Planos Diretores, de Segurança e de Mobilidade, assegurando que deixe de ser apenas uma iniciativa de governo e se consolide como política de Estado.

### II.Ambiental, Social e Governança – ESG

A sustentabilidade financeira pode ser garantida por instrumentos que alinhem retorno social e interesse econômico com métricas claras e auditáveis, evitando o social washing.

Entre as alternativas, destacam-se os Títulos de Impacto Social (SIBs), que remuneram investidores por metas sociais alcançadas, neste caso, o aumento da frequência e da segurança das mulheres.

Como possibilidade mais pragmática, a concessão pode destinar parte da receita (1% a 3%) a um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Ambas as soluções se conectam aos critérios ESG, fortalecendo a atratividade para investidores de impacto.

✦ **Sustentação jurídica e institucional significa blindar os avanços alcançados e mostrar que a equidade de gênero é uma política pública sólida, mensurável e permanente — um investimento que gera retorno social, cultural e econômico.**



## Os Pilares da Transformação

### Pilar VI - Modelo de Replicabilidade e Escalonamento

**Como garantir que o sucesso do projeto possa ser replicado e ampliado para outros contextos?**

A resposta está em transformar cada parque certificado em um epicentro de mudança, capaz de inspirar outros gestores e mostrar que a excelência não precisa ser exceção, mas sim um padrão replicável e acessível.

Este pilar busca consolidar um legado de conhecimento prático, capaz de acelerar a inovação, reduzir riscos para gestores e ampliar a visibilidade positiva das concessões inclusivas. A partir dos mecanismos de monitoramento e transparência previstos nos demais pilares, cria-se a base para registrar, difundir e compartilhar boas práticas, fortalecendo a aprendizagem contínua e a replicabilidade do modelo.

#### Diretrizes em Ação

#### I. Criação de um Repositório de Boas Práticas

Propõe-se a criação de um centro de conhecimento que reúna estudos de caso de parques, manuais operacionais (como Auditorias de Segurança e Fóruns de Mulheres), modelos de cláusulas e editais, além de indicadores comparativos de impacto que deverão estar disponíveis para consulta de gestores.

Inspirado em iniciativas como os Cadernos de Boas Práticas da Rede Urban95, o repositório pretende reduzir riscos e custos de inovação, bem como, facilitar a adoção das diretrizes por novos gestores e concessionárias.

#### II. Parceria com Instituições Federais e Internacionais

A inclusão de mulheres nos parques, como proposta pelo Projeto Elas Visíveis, deixa de ser uma iniciativa isolada e se torna um movimento consistente quando se apoia em um ecossistema de parceiros estratégicos. Agências como ONU Mulheres, ONU-Habitat e PNUD, o BNDES e as universidades não são meros apoiadores; eles são validadores que conferem três ativos essenciais ao projeto: legitimidade, segurança e viabilidade.

Para um gestor público ou uma concessionária, adotar uma metodologia validada pela ONU-Habitat ou alinhada às diretrizes da ONU Mulheres não é apenas uma decisão técnica, é uma declaração de alinhamento com as melhores práticas internacionais. Isso gera uma narrativa poderosa, facilitando a comunicação com a imprensa, a sociedade e, crucialmente, com órgãos de fomento.

A parceria com o BNDES significa, por exemplo, para a concessionária, que há caminhos viáveis para financiar os investimentos necessários. E, para o poder público, garante que a política proposta é realista e alinhada às prioridades de desenvolvimento do país.

## Sugestões de Cláusulas Contratuais

### Governança Participativa

| Cláusula Recomendada  | Justificativa   | Mecanismo de Monitoramento  |
|---|---|---|
| Assegurar a representatividade feminina, com diversidade racial e territorial, em no mínimo metade dos assentos nos conselhos consultivos do parque.  | Assegura, por meio de um critério objetivo, uma governança plural que legitima as decisões e potencializa a geração de valor para toda a comunidade.  | Relatórios periódicos e verificação independente, publicados em portal de transparência garantindo a responsabilidade (accountability) e a efetividade contínua da exigência.                       |
| Instituir e assegurar o funcionamento do Fórum Permanente de Mulheres Usuárias, provendo a estrutura necessária com regimento interno, calendário anual de reuniões e dotação orçamentária para sua operação. | Formalizar um canal direto para capturar as necessidades e percepções de segurança das mulheres, transformando suas vivências em dados estratégicos para uma gestão de parque mais inclusiva e responsiva.        | Publicação do regimento, verificação anual das atas das reuniões e do relatório de execução orçamentária do Fórum, garantindo sua atividade e autonomia.  |
| Implementar e manter um programa anual e contínuo de capacitação sobre gênero, diversidade e combate ao assédio, assegurando a participação da totalidade de seus colaboradores.                              | Qualificar a equipe para criar um ambiente seguro e acolhedor a todos os usuários, mitigando riscos comportamentais e garantindo a excelência na prestação do serviço, o que aumenta o valor percebido do parque. | Verificação do relatório anual de execução do programa, acompanhado das listas de presença ou certificados que comprovem a capacitação de 100% do quadro de colaboradores e registros da ouvidoria. |

✨ **Governança participativa é a construção de espaços de decisão onde a voz das mulheres influencia e transforma a gestão.**

## Sugestões de Cláusulas Contratuais

### Infraestrutura do Cuidado

| Cláusula Recomendada  | Justificativa  | Mecanismo de Monitoramento  |
|---|--|---|
| Projetar, instalar e manter banheiros acessíveis, fraldários, salas de amamentação privativas e pontos de apoio estratégicos para cuidadores, em conformidade com as normas técnicas vigentes e o plano de implantação aprovado.                | Prover a infraestrutura essencial da "economia do cuidado", removendo barreiras práticas para ampliar o uso e o tempo de permanência de famílias, crianças e seus cuidadores no parque, tornando-o efetivamente democrático.                           | Aprovação dos projetos, pela vistoria física que comprova a conclusão das instalações antes da abertura ao público e pela verificação de sua funcionalidade nos relatórios periódicos de manutenção.                      |
| Instalar o mobiliário urbano, como bancos e mesas, em posições estratégicas que garantam a vigilância natural e a segurança passiva, priorizando o entorno das áreas de lazer infantil, conforme o projeto de layout e paisagismo aprovado.     | Utilizar o design do ambiente como ferramenta de segurança, permitindo que pais e cuidadores supervisionem as crianças confortavelmente, criando "olhos na rua" que inibem comportamentos inadequados e aumentam a sensação de proteção.               | Aprovação do projeto de layout que detalha a disposição do mobiliário e na subsequente vistoria física para verificar se a instalação corresponde exatamente ao plano aprovado antes da inauguração do parque.            |
| Realizar uma revisão bial de projeto luminotécnico, submetendo um laudo técnico que avalie sua eficácia em termos de segurança, especialmente sob a perspectiva de gênero, e de eficiência energética, propondo atualizações quando necessário. | Tratar a iluminação como um ativo dinâmico de segurança e não um passivo estático, garantindo que o parque se mantenha um espaço seguro e acolhedor para todos em período noturno e se beneficie continuamente de tecnologias mais eficientes.         | Submissão e aprovação do laudo técnico bial pelo poder concedente, que verificará a análise realizada e o cronograma de implementação das melhorias propostas.  |
| Elaborar e submeter à aprovação um plano anual de atividades, cujo processo de curadoria inclua, obrigatoriamente, a realização de chamadas públicas para garantir a participação social e a diversidade da programação                         | Transformar a gestão de eventos de um processo centralizado para uma plataforma democrática, garantindo que a programação do parque seja relevante e reflita os interesses da comunidade, o que fomenta o engajamento e o sentimento de pertencimento. | Avaliação de impacto social e territorial, com métricas como o aumento da frequência feminina em diferentes horários, o número de mulheres empreendedoras apoiadas e pesquisas de satisfação com as atividades oferecidas |

✨ **infraestrutura do cuidado projeta segurança e acolhimento, transformando o parque em um espaço democrático que convida à permanência.**

## Sugestões de Cláusulas Contratuais

### Segurança com Perspectiva de Gênero

| Cláusula Recomendada   | Justificativa   | Mecanismo de Monitoramento  |
|--|---|---|
| Realizar anualmente uma Auditoria de Segurança da Mulher, utilizando metodologia de caminhada exploratória, da qual resultará um plano de ação para a implementação das melhorias identificadas, a ser submetido para aprovação do poder concedente.   | Qualificar o diagnóstico de segurança ao incorporar a percepção e a experiência vivida das usuárias, identificando vulnerabilidades que análises técnicas não revelam e garantindo que os investimentos sejam direcionados para soluções com efetividade real.                                  | Entrega anual do relatório da auditoria, seguida da aprovação do plano de ação e da posterior comprovação física e documental da implementação das medidas acordadas no prazo estabelecido.                           |
| Implantar e manter um sistema integrado de tecnologia para segurança, contemplando, no mínimo, iluminação adaptativa com sensores de presença, rede Wi-Fi gratuita de alta disponibilidade, sensores acústicos e monitoramento por vídeo com análise de anomalias, operando em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). | Evoluir o modelo de segurança de reativo para proativo e preditivo, utilizando a tecnologia para inibir incidentes, otimizar a resposta a eventos e garantir uma elevada percepção de segurança, condição essencial para a plena apropriação do espaço público pela comunidade a qualquer hora. | Aprovação do projeto executivo de tecnologia, por um relatório de comissionamento que ateste a plena funcionalidade integrada dos sistemas e pela auditoria anual do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD). |

✨ **Segurança com perspectiva de gênero é transformar a percepção e a experiência vivida das mulheres na principal ferramenta para construir espaços onde a confiança e a liberdade permitem a plena apropriação da vida pública, a qualquer hora.**



## Sugestões de Cláusulas Contratuais

### Interseccionalidade e Justiça Territorial

| Cláusula Recomendada   | Justificativa  | Mecanismo de Monitoramento   |
|--|--|--|
| Elaborar, no primeiro ano de contrato e com atualização quadrienal, um diagnóstico socioterritorial da área de influência do parque, utilizando o framework de Análise Baseada em Gênero Plus (GBA+) para informar o planejamento de suas ações a partir de dados interseccionais.                                       | Substituir o planejamento baseado em suposições por uma gestão informada por evidências, permitindo a alocação estratégica de recursos para remover barreiras de acesso e uso para os diversos perfis de público e, assim, maximizar o impacto social da concessão.            | Entrega do diagnóstico para análise e aprovação pelo poder concedente, que avaliará a consistência metodológica e exigirá a demonstração de como seus resultados foram incorporados nos planos anuais de atividades, segurança e comunicação.      |
| Destinar, anualmente, o percentual de [X]% de sua receita bruta operacional ao Fundo Municipal de Parques, como mecanismo de compensação socio-territorial para subsidiar a criação e qualificação de áreas de lazer em regiões de alta vulnerabilidade.   | Instituir um mecanismo de solidariedade territorial que utiliza o potencial econômico de áreas consolidadas para garantir a distribuição equitativa de recursos, assegurando o direito universal a parques de qualidade e combatendo a desigualdade no desenvolvimento urbano. | Realizado anualmente por meio da auditoria das demonstrações financeiras da concessionária e da verificação dos comprovantes de transferência do valor estipulado para o Fundo Municipal, garantindo a transparência e o cumprimento da obrigação. |
| Instituir e coordenar um Comitê Gestor Local de caráter consultivo, garantindo sua diversidade por meio de cotas de representação interseccional e parcerias com coletivos do território, e se responsabilizando por remover barreiras à participação com apoio logístico, como transporte e espaço infantil monitorado. | Evoluir da participação simbólica para a efetiva, reconhecendo que a diversidade de vozes só se materializa com a remoção de barreiras práticas, o que qualifica a tomada de decisão, mitiga riscos sociais e confere maior legitimidade à governança do parque.               | Análise do regimento interno do Comitê, que deve detalhar as cotas e parcerias, e pela verificação semestral das atas de reunião, que devem registrar os participantes e a disponibilização dos apoios logísticos ofertados.                       |

✨ **A justiça territorial combate a desigualdade com dados interseccionais, participação efetiva e solidariedade, garantindo o direito universal.**

## Sugestões de Cláusulas Contratuais

### Instrumentos Jurídico-Institucionais para Sustentação

| Cláusula Recomendada  | Justificativa   | Mecanismo de Monitoramento   |
|---|---|--|
| Elaborar e manter um Plano de Ação para a Equidade de Gênero, a ser atualizado bianualmente, que consolide e detalhe a implementação de todas as obrigações de gênero do contrato, submetendo-o à aprovação e acompanhamento de um Comitê Gestor paritário. | Criar uma estrutura de governança formal que eleva as diretrizes de gênero de um conjunto de obrigações dispersas a um pilar estratégico da gestão, garantindo sua perenidade, integração e visibilidade ao longo de todo o prazo da concessão. | Aprovação da versão inicial e das atualizações bianuais do Plano de Ação, e pela análise das atas de reunião do Comitê Gestor, que evidenciam o acompanhamento contínuo das metas estabelecidas. |

✨ **A iniciativa se torna política pública: as estruturas legais e financeiras que protegem as conquistas da descontinuidade política.**

**Uma boa gestão deixa um legado!**

**Transformar uma boa intenção em obrigação contratual, garante segurança jurídica e sustentabilidade do modelo a longo prazo.**

### Programação Cultural Inclusiva

| Cláusula Recomendada  | Justificativa   | Mecanismo de Monitoramento  |
|---|---|---|
| Assegurar que, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos eventos e atividades que compõem a programação anual do parque sejam protagonizados ou tenham a curadoria de mulheres, incluindo artistas, coletivas, palestrantes e oficinas. | Garantir, por meio de uma ação afirmativa de mercado, a pluralidade de narrativas e estéticas na programação, tornando o parque um espaço relevante que espelha a diversidade da sociedade e corrige desequilíbrios históricos no setor cultural. | Análise do relatório anual de atividades, no qual a concessionária deverá discriminar a liderança de cada evento e consolidar os dados que comprovem o atingimento da cota mínima de 40%. |

✨ **Na programação, elas são protagonistas, não coadjuvantes.**

## Sugestões de Cláusulas Contratuais

### Indicadores de Desempenho com Recorte de Gênero

| Cláusula Recomendada   | Justificativa   | Mecanismo de Monitoramento  |
|--|---|---|
| Incorporar um conjunto de indicadores-chave (KPIs) com recorte de gênero, estabelecendo metas mínimas para a participação de mulheres na gestão, o índice de segurança percebida e o nível de satisfação das usuárias. | Materializar o princípio de que "o que não se mede, não se gerencia", alinhando os incentivos contratuais da concessionária ao objetivo estratégico de tornar a inclusão, a segurança e a satisfação das mulheres um resultado central e auditável para o sucesso do projeto. | Análise dos relatórios periódicos de desempenho, que deverão apresentar os resultados das pesquisas de percepção e satisfação com recorte de gênero e os dados comprobatórios da participação feminina nos quadros funcionais e instâncias de governança. |

✨ Indicadores com recorte de gênero são o elo entre a ação social e o valor estratégico.

Uma ferramenta que materializa o seu compromisso ESG, convertendo a inclusão em métricas 'S' (Social) e 'G' (Governança) que facilitam a captação de recursos e transformam a gestão em um modelo de excelência.



## UM CONVITE À AÇÃO: Transformando Parques, Gerando Valor

Este Guia de Política Pública com Enfoque de Gênero para Concessões de Parques Urbanos é um convite à transformação: mostra como os parques podem se tornar espaços de acolhimento, segurança e pertencimento quando pensados a partir da perspectiva das mulheres.

Os parques urbanos são ativos de imenso valor, mas muitos carregam um passivo oculto: a exclusão sistêmica de mulheres e meninas. A insegurança e a infraestrutura inadequada não são apenas falhas sociais; são riscos de gestão que limitam o potencial de uso, reduzem o valor percebido e enfraquecem a conexão do parque com a comunidade.

O Projeto Elas Visíveis pretende transformar este desafio em uma oportunidade. Para isso, foi criada uma tecnologia social de instrumento duplo, que funciona de maneira integrada para guiar e reconhecer a transformação.

Juntos este Guia e o Selo Elas no Parque oferecem um caminho claro para que gestores públicos e concessionárias não apenas cumpram seu papel, mas se tornem líderes de um movimento por cidades mais justas, seguras e prósperas.

O Guia de Política Pública com Enfoque de Gênero é o seu roteiro para a ação. Um framework operacional, baseado em dados e boas práticas, que oferece a segurança técnica e jurídica necessária para a implementação. O Guia detalha os seis pilares da transformação e fornece as cláusulas contratuais que transformam a intenção em um compromisso estruturado e viável. Ele é a base que responde ao "como fazer".

O Selo Elas no Parque é o motor da transformação. Uma certificação progressiva (Prata, Ouro e Diamante) que traduz as diretrizes do Guia em uma jornada de reconhecimento público. O Selo não é apenas um prêmio; é um ativo estratégico que valoriza a marca, fortalece o relacionamento com a comunidade e alinha sua gestão às melhores práticas ESG, atraindo investidores e parceiros. Ele é o incentivo que responde ao "por que fazer agora".

Convidamos você a se juntar a nós nesta jornada!

Vamos transformar os parques urbanos nos espaços mais inclusivos e vibrantes de nossas cidades, construindo um legado de inovação e cuidado para toda a comunidade.

Venha ser referência no Brasil!

ABNT NBR 5101:2024. Iluminação Pública - Requisitos. (Norma técnica brasileira).

Instituto Semeia. Parques para Todas e Todos. (Referência conceitual, baseada em publicações e trabalhos do instituto sobre infraestrutura inclusiva em parques). Acesso em: 30 ago. 2025.

Jannuzzi, P. de M. (2002). Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, 36(4), 685-701. Disponível em: <http://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ONU-Habitat. Women's Safety Audits. (Referência conceitual, não há um documento único específico, mas a metodologia é amplamente divulgada pela ONU-Habitat).

Schein, E. H. (2001). *Organizational Culture and Leadership*. Jossey-Bass.

Sinek, S. (2009). *Start with Why: How Great Leaders Inspire Everyone to Take Action*. Portfolio.

Sousa, M. F. (2013). Indicadores, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Repositório ENAP. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/992/2/SOUSA%2C%20Marconi%20Fernandes%20-%20Indicadores%20-%20Conceitos.pdf> Acesso em: 30 ago. 2025.



**ELAS VISÍVEIS  
2025**

